

AS CULTURAS CÍVICAS E A INTERNET: PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA¹

PETER DAHLGREN

LUND UNIVERSITY

Resumo

O papel da Internet de verdadeiro estímulo à participação democrática tem sido bastante modesto, quando este envolvimento não existe previamente. Partindo do princípio de que a Internet pode certamente fazer uma diferença importante no modo como a política é feita, gostaria de enfatizar a importância de tomar em consideração outros factores que moldam também a participação – e que se podem conjugar com a Internet. Por exemplo, as actividades *online* precisam de ser ligadas aos contextos *offline* e, ainda, às preocupações que as pessoas enfrentam nas suas vidas quotidianas. Além disso, o acesso àqueles que se encontram no poder é também um requisito prévio para um envolvimento sustentado. Tomando como ponto de partida estes aspectos e, igualmente, resultados de estudos efectuados neste âmbito, o presente artigo tem por objectivo conceptualizar os factores sociais, culturais e psicológicos relacionados com a participação, não só para conferir uma perspectiva mais abrangente deste tema, mas também para clarificar o modo como estes factores se relacionam com a Internet.

Com base numa série de pesquisas actuais, incluindo o meu próprio trabalho sobre as culturas cívicas, é aqui apresentado um quadro teórico com três níveis de análise distintos, em que se destacam: 1) as oportunidades estruturais; 2) os recursos culturais; e 3) as disposições subjectivas. Os elementos destes três níveis relacionam-se de formas complexas com a Internet e a crescente ubiquidade do seu ambiente. Este quadro teórico "macro-meso-micro" tem como propósito facilitar análises futuras sobre a Internet e mostrar a forma como esta, condicionada pelos factores acima referidos, pode servir para promover – ou impedir – a participação política dos cidadãos, especialmente dos mais jovens.

Palavras-Chave

Internet; Participação Democrática; Culturas Cívicas; Acção Cívica; Jovens.

Introdução

As pessoas utilizam a Internet e todas as suas plataformas e funcionalidades de formas diversas e complexas. A sua utilização destas tecnologias de comunicação com objectivos explicitamente políticos (por mais ampla que seja a noção de "política" que se utilize) constitui uma actividade relativamente menor, pelo menos em momentos mais "normais"².

1 Tradução de Marisa Torres da Silva

2 Utilizo o termo "Internet" de forma abrangente, para incluir todas as tecnologias adjacentes, como os "smart phones". Em alternativa, utilizo por vezes o acrónimo TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Nas sociedades ocidentais pautadas por uma relativa estabilidade, a utilização da Internet para fins políticos é habitualmente menos frequente do que os usos para fins pessoais, sociais, de entretenimento e de consumo. Ainda assim, existe *de facto* uma quantidade significativa de actividade política na Internet, desde grupos locais no Facebook ou redes no Twitter, que tentam influenciar as opiniões no caso de uma eleição municipal, até aos movimentos sociais transnacionais, que lutam contra a globalização neo-liberal.

Não temos estatísticas rigorosas neste âmbito, mas é seguro dizer que a percentagem de cidadãos activos *online* sempre foi relativamente reduzida – o que, obviamente, espelha a realidade *offline*. Contudo, não é apenas o número *real* de pessoas que utilizam a Internet com fins políticos que é significativo, é também importante o seu *potencial de acesso universal*. Sempre que existam exclusões digitais [*digital divides*] e que o acesso seja negado ou limitado de uma forma não equitativa a determinados grupos e categorias sociais, verifica-se uma situação de défice democrático, independentemente da maneira como perspectivamos os horizontes políticos em termos locais, nacionais, regionais ou globais. Por isso mesmo, podemos falar de um princípio democrático de acesso universal, dado o papel cada vez mais central da Internet na vida política.

Mas como podemos entender a utilização da Internet? À medida que caminhamos para a era digital, a pesquisa sobre os media tende a afastar-se cada vez mais da noção tradicional de "audiência", propondo como foco de análise os "utilizadores" individuais. Contudo, além do facto de a "comunicação de massa" – o modelo um-para-muitos – estar ainda muito presente nos media convencionais (como por exemplo na televisão), bem como na própria Internet, cometeríamos um grave erro sociológico se adoptássemos uma visão reducionista e individualista da utilização da Internet. Com efeito, esta possui uma importante dimensão subjectiva/individual, mas comporta muito mais do que isso.

A Internet como fenómeno massificado já não é novidade e, actualmente, compreendemos que, no que se refere à democracia, a Internet não deve ser vista como um instrumento utilizado para cativar cidadãos que não estão envolvidos na vida democrática. Além disso, creio que deve ser sublinhada a importância das conexões entre os âmbitos *online* e *offline*, isto é, as ligações às experiências quotidianas, à comunidade local, aos processos de formação de identidade e à política. A importância e o impacto das TIC na participação democrática das pessoas devem ser entendidos como fundamentalmente contingentes em relação a outros factores sociais e culturais; a participação democrática nunca opera num vazio.

Por outro lado, ao mesmo tempo que a pesquisa académica tem sido cautelosa no sentido de não oferecer qualquer tipo de soluções claras para as dificuldades da democracia, tem continuado a enfatizar o potencial da Internet para alargar e aprofundar o envolvimento democrático. De facto, a Internet pode claramente fazer diferença: ao contribuir para transformações massivas das sociedades contemporâneas a todos os níveis, tem também alterado de forma dramática as premissas e a infra-estrutura da esfera pública de modos diversos. Ao tornar disponíveis grandes quantidades de informação, ao promover a descentralização e a diversidade, ao facilitar a interactividade e, ao mesmo tempo e não menos importante, ao fornecer um espaço comunicacional aparentemente ilimitado para quem quer que seja, a Internet redefiniu as premissas e o carácter do envolvimento político.

Assim sendo, para nos mantermos ágeis do ponto de vista analítico, devemos ter em conta estas perspectivas, mas também a tensão entre elas: o significado da Internet para

a participação é modificado por uma série de factores e, simultaneamente, a Internet continua a ter um enorme potencial democrático.

Em seguida, terei como propósito delinear e alargar os contornos de uma perspectiva que tenho vindo a desenvolver (cf. Dahlgren, 2009) para sugerir uma forma de compreensão dos usos políticos e cívicos da Internet. Prestarei atenção aos factores mais relevantes que podem ter impacto na participação das pessoas na democracia e tentarei situar analiticamente a Internet em relação a esses mesmos factores. Apesar de esta apresentação não ter pretensões de exaustividade, espero que possa, pelo menos, ajudar a esclarecer as possíveis relações entre a Internet e a participação política.

Organizarei estas reflexões numa base conceptual em três níveis: as oportunidades estruturais, os recursos culturais e as disposições subjectivas. Estes níveis articulam-se entre si, mas as distinções conceptuais são, ainda assim, significativas. Este esquema de base é válido para cidadãos de qualquer faixa etária, mas adquire particular relevância para os jovens e para a sua utilização da Internet, uma vez que, como explicarei mais à frente, a Internet emerge fundamentalmente como um recurso cultural para a participação. Concluirei o artigo reunindo as diferentes dimensões e sublinhando a utilidade desta perspectiva para futuras pesquisas.

Oportunidades Estruturais Para a Participação Democrática

Ao mesmo tempo que a reputação das democracias assenta, entre outros aspectos, no direito de todos os cidadãos participarem na vida política, devemos compreender que a participação é contingente em função de oportunidades específicas, no sentido de circunstâncias e ocasiões, moldadas pelas estruturas e padrões sociais. Consequentemente, as oportunidades são, de alguma forma, limitadas por determinadas configurações – habitualmente não formais ou legais, mas antes através do funcionamento frequentemente implícito e invisível do poder social.

Mecanismos de exclusão

Se a participação envolve formas de comunicação, o lugar para essa mesma actividade é aquilo que comumente se denomina esfera pública – os espaços comunicacionais visíveis e acessíveis da sociedade, onde a informação, a discussão, o debate e a formação de opinião têm lugar. As esferas públicas – prefiro usar o termo no plural, apesar de soar algo estranho – constituem também lugares onde os diversos grupos que detêm agendas cívicas e políticas podem construir e aprofundar as suas identidades colectivas. Em princípio, as esferas públicas democráticas existem onde quer que dois ou mais cidadãos discutam assuntos da actualidade, mas no mundo moderno, as esferas públicas são predominantemente constituídas pelos media. Se, desde o início do século XIX, os *mass media* se transformaram nas instituições dominantes da esfera pública, a sua posição, nos últimos 15 anos, tem sido cada vez mais posta em causa pelas novas TIC. No entanto, a importância dos *mass media* não passou à história e, de facto, a distinção entre todos eles tem-se tornado cada vez mais ténue, em resultado da convergência tecnológica e institucional.

Na sua essência, a função democrática das esferas públicas consiste em facilitar a comunicação aos cidadãos, para que estes possam influenciar a tomada de decisão. Os sistemas

políticos promovem – mas também inibem – a participação dos cidadãos a diversos níveis e de várias formas. Obviamente, as democracias encorajam uma maior – e mais independente – participação cívica do que os regimes autoritários. Mas mesmo nos sistemas democráticos com sufrágio universal, por todo o mundo, observamos mecanismos que podem limitar a participação. Os sistemas democráticos oferecem diversos padrões ou estruturas de oportunidade para a participação: o seu acesso e impacto sobre as esferas públicas podem ser muito variáveis. Existem diversas formas de participação, desde as práticas tradicionais, como a assinatura de petições, o contacto com os representantes e as manifestações de massa, até às práticas mais recentes, facilitadas pelos media electrónicos, como os fóruns de discussão *online*, os blogues, as redes sociais. E mesmo que o acesso a essas actividades seja amplo, de uma forma geral, permanece a questão de saber qual o seu real impacto.

Todos os sistemas políticos têm constrangimentos que podem impedir e/ou delimitar o seu impacto político, impondo restrições às oportunidades cívicas. Alguns desses constrangimentos são válidos e legítimos, outros nem tanto. Os constrangimentos não precisam de ser formais ou oficiais, mas podem funcionar de modo latente. Estes mecanismos de exclusão cívica são passíveis de impedir o acesso comunicacional de alguns grupos de cidadãos aos detentores de poder, como por exemplo, a não resposta das hierarquias partidárias, as portas fechadas dos governos municipais. Em alternativa, podem de facto ser abertas vias de comunicação, embora os detentores de poder não dêem ouvidos às vozes de grupos específicos, sejam eles mulheres, minorias étnicas ou religiosas, imigrantes ou jovens. Muitas vezes, é difícil confrontar estes mecanismos de exclusão através da política tradicional, precisamente porque não estão formalizados – são, antes, uma expressão de relações de poder imbricadas, às quais não se pode responder no contexto da política "normal". Em suma, a falta de oportunidades de participação em vários contextos políticos, quer seja objectiva ou percebida como tal, está no centro dos dilemas da democracia contemporânea.

Contextualizando a (não) participação

Partindo destas breves reflexões, é possível enquadrar de forma mais clara a questão de base tão discutida: os baixos níveis de participação democrática dos cidadãos. Em muitos países, as pessoas mais pobres, aqueles que se situam na base das hierarquias sócio-económicas da sociedade, são habitualmente excluídas das normas de participação. Os motivos para tal não são assim tão surpreendentes do ponto de vista sociológico, uma vez que as estruturas de oportunidade são muito menores para estes grupos. Além disso, a sua motivação é também baixa: estas pessoas são também aquelas que mais sentem que as mudanças no sistema político terão pouco impacto nas suas vidas. Além disso, têm também sido referidos os baixos níveis de envolvimento dos jovens: verifica-se que também eles sentem que a política convencional é irrelevante para as suas vidas e que os poderes estabelecidos nunca lhes dão realmente ouvidos³.

Assim, a não participação ou a fraca participação nunca deveriam ser reduzidas de forma simples à questão do carácter moral, à falta de virtude cívica. Com efeito, os sistemas po-

3 Sobre os jovens e as TIC, ver Bennet, 2007a; Buckingham, 2007; Dahlgren, 2007; Loader, 2007; Livingstone, 2009; Olsson & Dahlgren, 2010. Para algumas estatísticas recentes sobre o acesso e utilização da Internet entre os jovens europeus, ver também Livingstone e Haddon, 2009.

líticos fornecem oportunidades de participação variáveis aos diferentes grupos. No caso dos jovens – e aqui podemos considerá-los sem problema uma categoria sociológica, apesar da manifesta heterogeneidade desta faixa etária – eles são também sujeitos a um grau de relativa exclusão, no sentido em que não recebem uma resposta comunicativa igual à dos adultos por parte dos detentores do poder. Mais, não devemos esquecer a competição pela atenção com que a política e a esfera pública se debatem: na sociedade da modernidade tardia, as oportunidades de participação no consumo e no entretenimento são bastante maiores, mais acessíveis e mais sedutoras para a maior parte das pessoas.

Uma vez que os mecanismos de exclusão são geralmente implícitos, desafiá-los pode ser muito difícil. Os sentimentos de impotência e de cinismo constituem uma das consequências da exclusão sistemática e de longo prazo. A retórica sobre o "abandono" do sistema político por parte dos jovens foi efectivamente contestada por Coleman (2007, 2010) e por outros autores, que apresentam o convincente contra-argumento de que os sistemas democráticos também, e em grande medida, abandonaram os jovens, marginalizaram as suas vozes nas discussões públicas da sociedade, ao mesmo tempo que colocaram, directa ou indirectamente, muita da "culpa" da apatia política nos jovens.

Numa visão mais optimista, refira-se que, nas democracias, a esfera pública, apesar de todas as suas limitações e constrangimentos, e dos esforços para a controlar através de derivas manipulativas, nunca está completamente fechada. Nas sociedades democráticas, o jornalismo pode estar em crise, tanto em termos económicos como culturais, mas é aqui que os cidadãos vão buscar diariamente uma grande quantidade de notícias importantes. Além disso – e aqui regressamos ao ponto de partida do nosso tema –, a tecnologia e a arquitectura da Internet fornecem espaços cívicos de comunicação quase ilimitados. Provavelmente, as exclusões digitais [*digital divides*] não desaparecerão completamente nas sociedades democráticas modernas, mas foram reduzidas muito para além do que afirmavam as previsões de meados dos anos 1990. Estas oportunidades de participação não têm precedentes em termos históricos – mesmo que permaneçam sub-utilizadas.

Uma tensão essencial

Falta ainda abordar uma tensão essencial que está presente na fundação da democracia desde início e que, de certa forma, é exacerbada pela Internet: até que ponto podem e devem as expressões de opinião ter impacto na tomada de decisão, e dentro de que quadro temporal? Não é necessário fazer uma longa incursão na filosofia política para compreender esta tensão. Os representantes eleitos não podem funcionar meramente como um barómetro dos seus eleitores, respondendo de imediato a toda e qualquer iniciativa populista de curto prazo; devem também liderar e ter iniciativa própria, mesmo que por vezes corram o risco de entrarem em conflito com aqueles que representam. Noutro contexto, é necessário que as perspectivas da maioria sejam contrariadas para proteger os interesses das minorias, enquanto ainda noutras situações deverá haver um esforço (por via de compromissos) para reduzir um vasto leque de perspectivas, cujo carácter cacofónico torna impossível a tomada de decisão.

A "vontade do povo" constitui uma expressão sugestiva do ponto de vista retórico, mas por vezes é difícil determiná-la com rigor – mesmo as sondagens de opinião são condicionadas pelo conhecimento político dos inquiridos (ou pela falta dele), bem como pela

maneira como as perguntas são formuladas⁴. Mesmo quando esta vontade política se encontra de certa forma estabelecida, nem sempre é clara a importância que se lhe deve conferir no processo de tomada de decisão; isto pode ser, e muitas vezes é, contestado. A opinião pública pode oscilar e as respostas políticas em relação a esta última podem promover o populismo. Além disso, os processos de tomada de decisão envolvem "política" entre os decisores, ou seja, negociação interna, barganha, compromissos; um processo em relação ao qual a maioria dos cidadãos são, na melhor das hipóteses, espectadores.

A tensão entre a expressão de opinião e o seu impacto político é, de certa forma, habitual, mas por vezes pode tornar-se muito surpreendente. Com efeito, muitos cidadãos sentiram-se profundamente desapontados com a democracia, tal como a entendiam, quando milhões de manifestantes nas ruas, em todo o mundo, não conseguiram impedir os Estados Unidos da América de invadir o Iraque em 2003. Esta tensão pode mesmo agudizar-se com o advento da Internet: a simples expansão exponencial do número de vozes na esfera pública – através dos sites do governo, blogues, redes sociais, fóruns de discussão – pode, de certa forma, aumentar as expectativas dos cidadãos no que diz respeito ao seu eventual impacto e à possibilidade de resposta por parte dos detentores do poder. E, uma vez que estas expectativas apenas podem ser preenchidas de forma parcial, pode equacionar-se a hipótese de que as esferas públicas alargadas, por vezes, em vez de diminuir, podem aumentar o desencantamento cívico.

Os governos precisam da participação dos cidadãos, não apenas para a vitalidade do sistema, mas também para a legitimidade dos titulares dos cargos. Dos pequenos governos municipais até à União Europeia, os baixos níveis de participação em processos eleitorais podem ser particularmente problemáticos a este nível. A União Europeia mostra abertura quanto ao seu "défice democrático"; já nos Estados Unidos, os media mostram imediatamente os resultados das eleições presidenciais, mas, com cerca de metade dos eleitores a ficarem em casa, os media não se alongam no facto de a pessoa que foi eleita para a Casa Branca ter apenas o apoio de cerca de um quarto do eleitorado. Em determinados contextos nacionais, e também no Reino Unido, têm sido levados a cabo esforços adicionais para apelar aos cidadãos mais jovens através da Internet, como meio de activar a sua participação cívica. Muitas destas tentativas por parte das autoridades têm sido indubitavelmente genuínas, mas, por demasiadas vezes, parece ficar logo à partida provado que a promessa comunicacional é vazia: como mostra Livingstone (2009: capítulo 5), se os jovens sentem (e, na maior parte das vezes, justificadamente) que aqueles que se encontram no poder não estão a escutar, "fazer ouvir a sua voz"⁵ perde rapidamente o sentido (ver também Miegel & Olson, 2010).

Por vezes, promover a participação constitui, em última análise, um exercício que visa incorporar os jovens cidadãos de uma forma controlada, trazê-los para o "rebanho", mas sem efectivamente lhes dar uma autonomia real (Coleman, 2007, 2010). Esta situação é semelhante àquilo que muitas críticas feministas consideram que aconteceu frequentemente às mulheres na política ou nas organizações. A um nível mais geral, podemos

4 De facto, de acordo com Splichal (1999), podemos encontrar, na literatura sobre a matéria, várias dezenas de definições de "opinião pública".

5 N.T.: O autor utiliza a expressão "having one's say", numa referência à rubrica "Have Your Say" do website da BBC News (e ao programa semanal homónimo da BBC), que se destina a promover a discussão de temas da actualidade por parte dos utilizadores.

salientar os resultados perturbadores de um estudo feito recentemente no Reino Unido (Couldry, Livingstone & Markham, 2007), que explora o papel dos *mass media* na criação de um sentimento de ligação entre os cidadãos e o sistema político. Os autores verificaram que, mesmo entre os cidadãos que acompanham regularmente as notícias nacionais, muitos não participam politicamente, porque precisamente não vêem uma porta de entrada no sistema político para uma acção cívica relevante. Por outras palavras, os media só por si não conseguem compensar plenamente aquilo que os cidadãos percebem como falta de oportunidades de participação.

Democracia: diversidade e dilemas

Esta breve revisão sobre as tensões, os dilemas, em torno da participação serve para sublinhar que os problemas clássicos da democracia ainda permanecem e não desaparecem meramente pelo facto de se munirem os cidadãos de teclados de computador. Além disso, a democracia não é um fenómeno universal e estático; varia segundo as circunstâncias que a circundam; a sua vitalidade não pode ser dada como adquirida. A democracia é um projecto histórico, atravessado por confrontos entre forças que, de diversas formas, inibem as estruturas de oportunidades e outras forças que procuram alargar e aprofundar a participação democrática. Os ideais elitistas de democracia permanecem com grande força na actualidade, apesar de terem sido continuamente desafiados por perspectivas que defendem uma cidadania mais inclusiva e efectiva. Mesmo na Europa há diferenças significativas no que diz respeito às tradições políticas, às noções de cidadania, às assunções sobre a abertura e o acesso, às concepções de sociedade cívica, e por aí adiante.

As novas TIC são claramente importantes para a democracia, mas também o são outros desenvolvimentos, como a tendência para um escrutínio do poder político, que vá além de um sistema político formal resultante da investida das versões neoliberais do desenvolvimento da sociedade. Quando as dinâmicas de mercado são vistas como a força mais democrática na sociedade, as oportunidades para uma participação cívica significativa sofrem uma erosão. No entanto, partindo de um ângulo ideológico bem diferente, é claro também que as margens de manobra dos governos, a todos os níveis, têm vindo a diminuir, num mundo cada vez mais complexo e globalizado. Muitas das decisões que são tomadas em e para circunstâncias específicas podem ter outras consequências, não intencionais e indesejadas, para além do seu contexto original; por isso mesmo, o impacto dos contributos dos cidadãos para o sistema tem de ser, de certa forma, gerido em função dos interesses dos governos, reduzindo a vários níveis as estruturas de oportunidade.

Os cidadãos podem e devem aprender as boas virtudes cívicas; é, porém, necessário compreender que os problemas da participação não residem apenas nos cidadãos mas, de uma forma mais geral, nas características da actual democracia da modernidade tardia. A literatura sobre a "crise da democracia" tornou-se ela própria numa indústria em crescimento, e não é para menos. A democracia está a transformar-se à medida que se desenvolvem as suas bases sociais, culturais e políticas; além disso, nem sempre se consegue chegar a um pleno consenso sobre o que deveria ser a "boa" democracia. Todos os que defendem um futuro democrático deveriam ter em conta este quadro mais geral.

Recursos Culturais para a Acção Cívica

Apesar de não ser necessário que as estruturas de oportunidade para a participação nas sociedades democráticas sejam absolutamente permanentes, elas tendem a apresentar um certo grau de estabilidade, contribuindo para o carácter geral do sistema político. Adicionalmente, e uma vez que, muitas vezes, estas oportunidades são próprias de determinados grupos, tendem a moldar as experiências e os horizontes políticos de categorias específicas de cidadãos. As estruturas de oportunidade podem ser compreendidas como uma espécie de súmula analítica dos factores que facilitam e, também, delimitam a participação cívica – elas constituem os "dados adquiridos" da esfera pública com que os cidadãos se confrontam. Referi anteriormente que os media, ou melhor, o uso que os cidadãos fazem destes, não podem simplesmente obliterar ou compensar os mecanismos que limitam a participação. Este argumento visa contrariar uma perspectiva comum, mas simplista, de que o foco nas tecnologias dos media desvia a atenção de outras contingências da participação.

O tópico anterior sublinhou, deste modo, até certo ponto, os constrangimentos, os factores sistémicos que têm impacto na extensão e nos modos de participação dos cidadãos, tanto os jovens como os mais velhos. Isto não significa, no entanto, que os cidadãos simplesmente participem sempre de acordo com as estruturas de oportunidades predominantes: estas podem desenvolver-se, ser desafiadas, alteradas, ou mesmo expandidas. Pode dizer-se que as estruturas de oportunidade contribuem para estabelecer as condições das culturas cívicas, mas nunca as determinam completamente. Assim, neste tópico abordarei o outro lado da moeda, sublinhando a acção cívica e o potencial dos media como recursos para a participação. O meu objectivo, aqui, consistirá em clarificar as formas culturais específicas através das quais os media, particularmente a Internet, devem operar para que o seu potencial como recurso para a participação se concretize.

O Ambiente da Internet Como Cultura do Quotidiano

As TIC são, obviamente, uma parte de um mundo cultural e social mais abrangente, que se liga com as vidas quotidianas dos indivíduos, bem como com o funcionamento de grupos, organizações e instituições. As TIC oferecem possibilidades que são aproveitadas e mobilizadas de várias formas ao longo de toda a paisagem social, tendo por isso um impacto nas estratégias e nas tácticas da vida quotidiana e dos quadros de referência que lhes conferem significado. Sobretudo para os jovens europeus e também de outros países, a Net em particular não é apenas algo que estes "visitam" ocasionalmente para procurar alguma coisa de especial; é, cada vez mais, um lugar central das suas vidas quotidianas. Desde a interacção social com amigos, até aos mexericos e aos blogues, desde as amostras (e produções) de música até às notícias, desde as compras até encontrar um parceiro, aquilo a que podemos denominar como ambiente da Net está a transformar-se num lugar dado por adquirido, no qual as vidas dos jovens estão cada vez mais imersas (Livingstone, 2009). Podemos questionar até que ponto os jovens utilizam a Net sempre da melhor forma e, nesse sentido, há certamente uma variedade de riscos e até algumas ameaças das quais, particularmente os jovens, precisam de estar conscientes. No entanto, o facto é que as possibilidades de acção [*affordances*] do ambiente da Net se tornaram centrais nas suas vidas.

Durante os anos 90, os investigadores afirmaram prontamente que a política como tópico de discussão não constituía um dos temas mais procurados na Net. Esta situação não se

alterou: para a maioria dos cidadãos, a política e os assuntos públicos não são, claramente, o foco mais proeminente da sua atenção. Contudo, quando os jovens prestam atenção à política, o ambiente da Net assume uma posição central. Ao mesmo tempo, são necessárias ligações entre as experiências *online* e *offline*; até certo ponto, a política via Net precisa de ser complementada com outras formas de conexão ao mundo político. O ambiente da Net deve ajudar os jovens a estabelecer uma ligação com o mundo político para além do próprio ecrã. De que forma podemos compreender o papel da Net neste contexto? Como é que a Net pode concretizar o seu potencial como recurso para a participação cívica? O enquadramento das culturas cívicas pode fornecer-nos algumas pistas analíticas.

As Culturas Cívicas Como um Recurso

A acção cívica – a participação dos cidadãos na política – não pode ser aplicada no vazio; ela deve ser sustentada e integrada num meio cultural mais vasto, com relevância para a política. Aquilo que denomino culturas cívicas constitui um enquadramento que tem como propósito ajudar a esclarecer as condições específicas necessárias para a participação. Em poucas palavras, as culturas cívicas incluem os recursos culturais que servem de suporte para a participação dos cidadãos. Além disso, no mundo moderno, as culturas cívicas operam, em larga medida, através dos media. Por este motivo, o presente enquadramento procura especificar as formas através das quais os media – neste caso, a Internet – entram efectivamente aqui em jogo.

É mais rigoroso falar de culturas cívicas (no plural), uma vez que esta discussão assenta no pressuposto de que, na modernidade tardia, a participação se pode concretizar e estabelecer de diversas maneiras. Dado o seu carácter mobilizador, as culturas cívicas operam ao nível da realidade quotidiana dos cidadãos dada como adquirida, ou, utilizando a expressão de Habermas, operam no mundo da vida (na perspectiva de Bourdieu, talvez pudessemos falar de um "habitus cívico"). As culturas cívicas são moldadas por um conjunto de factores. A família e a escola, certamente, fornecem uma fundação de base. De uma forma mais abrangente, podemos dizer que os parâmetros básicos das culturas cívicas decorrem das estruturas de oportunidade antes discutidas – as relações sociais de poder, a economia, o sistema legal, as possibilidades organizacionais; todas elas podem ter o seu impacto. No entanto, se mudarmos aqui o foco da discussão para a perspectiva do actor, sublinhando a acção cívica, vemos que a centralidade dos media se torna evidente. A sua forma, conteúdo, lógica específica e modos de utilização transformam os media nas ferramentas mais acessíveis das culturas cívicas.

No que diz respeito à sua viabilidade, as culturas cívicas são ao mesmo tempo fortes e vulneráveis. Podem moldar os cidadãos no sentido do que é politicamente possível; podem servir para lhes conferir poder. Por sua vez, os cidadãos, através das suas práticas, podem influenciar o carácter das culturas cívicas. De facto, não é impossível que as culturas cívicas se possam desenvolver, mesmo em circunstâncias aparentemente improváveis, como verificámos em vários países em que o sistema comunista começou a colapsar. Por outro lado, a fraqueza ou a ausência de culturas cívicas torna-se incapacitante e enfraquece as possibilidades dos cidadãos de agirem; e circunstâncias pouco favoráveis podem ter rapidamente como consequência culturas cívicas limitadas, ou mesmo a sua supressão.

Defendo a necessidade de culturas cívicas robustas como pré-requisito necessário para

a participação e para a vitalidade das esferas públicas – e, conseqüentemente, para o funcionamento da democracia. A perspectiva das culturas cívicas interessa-se pelos processos através dos quais os indivíduos se transformam em cidadãos, a forma como se vêem a si mesmos como membros e potenciais participantes no desenvolvimento da sociedade, e o modo como se sustentam estes sentimentos de fortalecimento do Eu.

As Culturas Cívicas e a Internet

A noção de cultura já de si aparenta ser vaga – e o conceito de culturas cívicas não é excepção. Assim, para precisar conceptualmente o termo, caracterizo as culturas cívicas como um circuito integrado de seis dimensões recíprocas (para uma discussão mais aprofundada do conceito, v. Dahlgren, 2009). As três primeiras são familiares à tradição estabelecida da comunicação política; as três últimas emergem de correntes da teoria da cultura contemporânea – 1) conhecimento; 2) valores; 3) confiança; 4) espaços; 5) práticas e competências; 6) identidades. A metáfora do circuito sublinha a interacção entre estas dimensões, mas, obviamente, a forma como a cultura opera nunca é mecânica ou inevitável.

CONHECIMENTO: NOVAS FORMAS

É óbvio e básico dizer que os cidadãos precisam de conhecimento para participar politicamente. Os indivíduos têm que ter acesso a relatórios fiáveis, perfis, análises, discussões, debates, etc., sobre assuntos actuais e sobre a sociedade em termos gerais, para que a esfera pública seja viável. Isto pode ser conseguido de várias formas; contudo, no mundo moderno, os media desempenham um papel central neste âmbito, ainda que não isento de problemas. Estas questões são-nos familiares enquanto imperfeições jornalísticas; por outro lado, as fontes de conhecimento têm de ser ao mesmo tempo compreensíveis e acessíveis – em termos técnicos e económicos, bem como no que diz respeito à proximidade linguística e cultural. É essencial que haja um certo grau de literacia, o que reitera a importância da educação em democracia; as pessoas devem poder compreender o que circula nas esferas públicas, para entender o mundo em que vivem. Mas os tipos de conhecimento que são necessários para a vitalidade das culturas cívicas não podem ser estabelecidos de uma vez por todas; devem estar sempre abertos à discussão.

O que é particularmente significativo para esta discussão são as formas de conhecimento (ou melhor, determinadas arquitecturas cognitivas dos indivíduos) que se estão a desenvolver com as novas gerações, que crescem com as novas tecnologias dos media. Há uma tendência na Net para textos mais curtos, formatos multimedia e, não menos importante, informação visual. Estes atributos colocam questões acerca da forma como a pedagogia da sala de aula pode lidar de modo mais eficaz com crianças que podem ter estado ligadas à Net horas e horas antes de iniciarem a escola; e para quem a Net serve como uma espécie de fonte de conhecimento e de desenvolvimento cognitivo paralela durante os seus anos escolares. Não só os professores, mas a própria democracia devem reconhecer a importância desta crescente alternativa ao conhecimento tradicional baseado no texto, com a sua lógica linear.

VALORES: ANCORADOS NO QUOTIDIANO

A democracia não funcionará se valores como a tolerância e a vontade de prosseguir princípios e procedimentos democráticos não estiverem ancorados na vida quotidiana. O próprio apoio ao sistema legal (pressupondo que este é legítimo) constitui uma expressão dessa virtude. Quais os "melhores" ou mais "verdadeiros" valores democráticos e a forma como devem ser aplicados – são questões que obviamente motivam (e deveriam motivar) importantes discussões. Embora as culturas cívicas não pressuponham homogeneidade entre os cidadãos, devem fundar-se em compromissos mínimos partilhados no que diz respeito às perspectivas e aos procedimentos da democracia. Os diversos grupos sociais e culturais podem expressar a acção cívica de diferentes maneiras, com diferentes inflexões. Por exemplo, a cultura cívica que pode caracterizar um grupo de activistas comunitários num bairro imigrante será sem dúvida consideravelmente diferente da cultura cívica de um grupo ambientalista nacional.

Os valores reflectem sensibilidades dadas por adquiridas; fundamentalmente, a democracia é muito mais sobre uma sociedade democrática – como é que as pessoas vivem em conjunto e de que forma se relacionam umas com as outras – do que sobre um sistema de instituições formais. É difícil generalizar sobre os valores prevaletentes na Internet, dado o seu âmbito quase infinito. A pesquisa mostra tendências difusas no que diz respeito a determinados lugares políticos na Net, como por exemplo, organizações partidárias, grupos de discussão e fóruns, ou movimentos sociais e redes sociais. Os valores democráticos manifestam-se frequentemente pela civilidade, respeito por opiniões contrárias, abertura, responsabilidade, entre outros, mas o inverso também é verdadeiro. Uma vez que os padrões de comunicação na Net reflectem algum grau de fidelidade aos valores democráticos, a luta por uma melhor ética de comunicação *online* afigura-se como um contributo importante para o carácter democrático da sociedade.

CONFIANÇA: IDEAL, NAS REDES

Desde há muito tempo, a confiança tem sido vista como um elemento importante da democracia, sendo objecto de teorias e de estudos empíricos. A confiança tem sido apresentada como algo "bom" de forma auto-evidente – quanto mais confiança, melhor, e o declínio da confiança é sinal de problemas. É necessário um certo grau de confiança geral na sociedade para tornar a vida suportável, mas a confiança, equilibrada com um "sensor" de cepticismo e de criticismo, transforma-se em prudência optimizada. Os cidadãos são geralmente vistos como os portadores da confiança, e as instituições ou os representantes do governo como os objectos da confiança. No entanto, mais recentemente, também tem sido sublinhado o tema da confiança no contexto interno dos grupos de cidadãos ou das relações entre esses mesmos grupos; e no âmbito da participação política e da acção colectiva que esta requer, a confiança cívica horizontal é absolutamente vital.

No ambiente da *web*, o crescimento daquilo a que por vezes se denomina "cultura de rede" – laços de grande extensão mas socialmente frágeis entre os indivíduos – pode ser vista como uma manifestação dessa confiança cívica. A capacidade de alargar, até certo ponto, a confiança em relação a estranhos que se encontram na Net constitui um elemento importante do que podemos chamar "capital democrático", que facilita os esforços cívicos colectivos. Obviamente, a desconfiança generalizada enfraquece a participação.

ESPAÇOS: CONTEXTOS COMUNICATIVOS DE ACÇÃO

A democracia tem de ocorrer em algum lugar: a participação dos cidadãos requer os espaços comunicativos das esferas públicas. Neste contexto, a Internet está certamente a transformar-se no espaço prioritário para muitos cidadãos jovens, e não podemos ignorar este facto óbvio. Sublinharia apenas um aspecto particular, a mobilidade crescente do ambiente da Net, cujo significado será certamente aprofundado no futuro. Na Net do regime *Web 1.0*, os indivíduos podiam estar em co-presença com outros que se encontravam fisicamente ausentes. Com a *Web 2.0*, em conjunto com o desenvolvimento dos telemóveis (que se estão a transformar em computadores de bolso com acesso à Internet), deparamo-nos com a emergência de uma nova forma de publicidade: a publicidade móvel. Isto pode tornar o "espaço" numa entidade mais maleável, definida, construída e apropriada de maneiras nunca vistas no contexto da participação. A capacidade para enviar e receber texto, som e imagem através da Net enquanto nos deslocamos pode melhorar as ligações entre os contextos *online* e *offline* e fortalecer, de um modo geral, a eficácia da participação dos jovens. Este panorama é ainda incerto, mas as pesquisas iniciais sugerem a importância desta mobilidade para a acção cívica (cf. Scheller & Urry, 2003; Drotner, 2005; Stalld, 2007; Heike, 2008).

PRÁTICAS: ACÇÃO E COMPETÊNCIAS INCORPORADAS

Uma democracia viável tem de estar ancorada em práticas concretas e recorrentes – individuais, de grupo e colectivas – relevantes para diversas situações. Estas práticas ajudam a conferir significado pessoal e social aos ideais da democracia, devendo incluir um elemento de rotina e de dado adquirido, para se integrarem nas culturas cívicas. As práticas podem ser (e são) aprendidas; muitas vezes, requerem competências específicas, nomeadamente competências comunicativas. Assim sendo, ser capaz de ler, escrever, falar, trabalhar num computador e saber utilizar a Internet podem ser vistas como competências importantes para as práticas democráticas. Por isso, a educação desempenhará sempre um papel fundamental no desenvolvimento da democracia, mesmo que as suas abordagens, ao nível dos conteúdos e da pedagogia, tenham de ser regularmente escurtinadas e debatidas.

A participação em eleições é habitualmente vista como a prática concreta suprema para os cidadãos em democracia. Também a discussão detém uma posição relevante, tendo sido desde sempre associada à democracia e à formação de opinião. Contudo, as culturas cívicas requerem igualmente muitas outras práticas, pertinentes para diversos projectos e circunstâncias políticas. Por exemplo, ter a competência social para convocar e conduzir uma reunião, gerir discussões, organizar e administrar actividades colectivas – todas estas constituem práticas importantes que pressupõem competências. Pressionar, regatear, negociar, mobilizar, dar início a uma acção legal, trabalhar em rede e outras actividades integram também o repertório das práticas cívicas. Agre (2004) sublinha, neste contexto, a capacidade para definir e promover assuntos específicos, articular posições, recrutar apoios, cimentar relações e dar-lhes seguimento através de competências organizacionais. O potencial da Net a este nível, sem dúvida, tem crescido muito.

As novas práticas e as tradições podem e devem desenvolver-se para assegurar que a democracia não estagne. A escassez de práticas e de competências cívicas é, aliás,

um forte obstáculo para os cidadãos em diversas sociedades que tentam consolidar o seu carácter democrático. As competências podem desenvolver-se através das práticas e, neste processo, fornecer aos cidadãos um sentimento de poder. As práticas conjugam-se forçosamente com o conhecimento, a confiança e os valores. As práticas implicam definir, utilizar ou criar espaços adequados e, mais importante, ajudam a promover identidades cívicas. Para os cidadãos jovens, as diversas práticas oferecidas pela Net – desde a comunicação individual e a comunicação horizontal em grupo, até aos materiais tornados instantaneamente públicos – aumentam drasticamente o repertório da acção cívica. E, uma vez que o ambiente da *web* está de tal maneira incorporado nas suas vidas, os jovens continuam a desenvolver as suas competências ao utilizarem estas tecnologias.

IDENTIDADES: AGENTES COLECTIVOS FORTALECIDOS

A identidade está relacionada com a nossa concepção de "self". No mundo da modernidade tardia, a identidade é entendida de forma plural: nas nossas vidas quotidianas, operamos numa multiplicidade de diferentes "mundos" ou realidades; transportamos conosco diversos conjuntos de conhecimentos, pressupostos, regras e papéis de acordo com circunstâncias diferentes, agimos segundo diferentes registos e em contextos distintos. A sociologia e os estudos culturais sublinharam o "trabalho das identidades" entre os jovens; além disso, as ligações com o tema das identidades cívicas podem ser facilmente desenvolvidas. Apesar de as identidades cívicas terem uma componente individual e integrarem a subjectividade de cada indivíduo (v. próximo tópico), em termos de culturas cívicas, também implicam, de alguma forma, um certo sentido do "self" como parte de uma comunidade política, e pelo menos alguma afinidade com outros indivíduos que pensem de maneiras semelhantes. A emergência de conjuntos de polaridades "nós-eles" na política, com os correspondentes graus de confiança e de desconfiança, é uma manifestação importante das identidades cívicas.

A identidade cívica transmite força aos indivíduos de modo que estes sintam que podem participar na democracia. Isto é uma pré-condição para a acção. Os indivíduos sentem que, concertados com outros, podem ter algum tipo de impacto na vida política. Até certo ponto, obviamente, este sentimento de "força" deve ser experienciado como tendo por efeito algum tipo de resultados. Isto não significa necessariamente que o impacto desejado se concretize sempre, mas é importante que os indivíduos e os grupos sintam que os seus esforços, pelo menos, contribuem significativamente para um dado contexto político. Por isso, os mecanismos de exclusão, a longo prazo, podem pôr em causa as identidades cívicas. Além disso, as crescentes oportunidades para o consumo tornam as identidades dos consumidores mais fortes e predominantes que as identidades cívicas. Na cultura da modernidade tardia, particularmente entre os jovens, em que se verifica um baixo nível de envolvimento político, as identidades cívicas podem na verdade ser vistas, em determinados círculos, como uma forma de "desvio".

O conhecimento, as práticas, os valores e a confiança podem todos eles servir de apoio à identidade cívica, que, tal como todas as demais formas de identidades, é fortalecida pela experiência. O ambiente da Net constitui uma arena predominante para a experiência nas vidas quotidianas dos jovens; se essa experiência se orienta ou não para a actividade política ou para a promoção de identidades cívicas depende em larga medida, certamente, da

relação complexa entre as estruturas de oportunidade e as culturas cívicas. Num projecto de pesquisa sueco (cf. Dahlgren & Olsson, 2007a, b), verificou-se que, entre os cidadãos jovens activistas, as dimensões da confiança e dos valores funcionam mais a longo prazo e de formas menos visíveis, sendo de um modo geral menos referidas ou comentadas pelos próprios inquiridos. Do ponto de vista da sua própria participação, estes foram, porém, capazes de sublinhar, de uma forma reflexiva, a importância do desenvolvimento dos seus conhecimentos e práticas/competências.

A identidade cívica, talvez de uma forma paradoxal, é a dimensão menos provável de ser identificada como algo pertinente pelos próprios jovens em questão. No entanto, o meu argumento, esquematicamente, é que esta dimensão das culturas cívicas é o que, precisamente, constitui o recurso mais importante para a acção. O facto de isto não ser imediatamente visível para os activistas poderá ter que ver com o facto de a identidade comportar ressonâncias tanto de nível individual como colectivo. Podemos mais facilmente identificar e compreender a nossa afinidade em relação a colectividades específicas, mas cada um especificar analiticamente o seu próprio sentido de "self" pode muitas vezes ser um grande desafio.

A política está profundamente relacionada com as colectividades, mas no seu nível mais fundamental são certamente os indivíduos que sustentam pontos de vista, que participam em discussões, que agem – ou não. Os parâmetros psicológicos são, portanto, sempre relevantes nesta análise. Passarei, em seguida, a apresentar o terceiro e último tópico desta perspectiva analítica sobre a participação democrática.

Disposições Subjectivas dos Actores Cívicos

Existe já uma literatura considerável sobre a psicologia da política e, alguns materiais também, sobre o tema da participação ou da sua ausência. No que diz respeito à presente discussão, considero que há dois conceitos mais centrais e compatíveis com a abordagem geral que tenho vindo a efectuar: envolvimento e motivação. Estes dois conceitos provêm de diferentes tradições intelectuais, mas creio que, em conjunto, oferecem uma via útil para observar a participação do ponto de vista da realidade subjectiva do indivíduo. Explorarei conceptualmente o envolvimento, com o propósito de esclarecer algumas nuances da nossa questão; no que respeita à motivação, basear-me-ei nos resultados de um estudo empírico feito por um colega, Erik Amnå, na Suécia, que identificou seis diferentes formas através das quais os jovens cidadãos se relacionam com a participação.

O envolvimento como uma pré-condição subjectiva para a participação

No princípio deste artigo, afirmei que, se entendermos a participação como as formas observáveis de acção comunicativa por parte dos cidadãos, então o envolvimento deveria ser conceptualmente compreendido como a sua pré-condição subjectiva. A partir de determinado momento, o envolvimento deverá ser concretizado em participação, para que não desapareça. É perfeitamente possível participar com um grau mínimo de envolvimento – por exemplo, quando meramente se desempenha um papel cívico de forma rotineira e não-reflexiva, como um cidadão cumpridor e não um cidadão "auto-realizado" [*self-actualized*] para usar a distinção de Bennett (2007b) no que respeita à acção cívica entre os jovens.

É claro que nem todas as formas de envolvimento têm a possibilidade de melhorar a democracia; muito do envolvimento é orientado para áreas não-políticas (por exemplo, o lazer pessoal), enquanto outras formas de envolvimento podem promover desenvolvimentos anti-democráticos (por exemplo, a discriminação étnica). Também podemos referir situações em que se diz que há "envolvimento", mas que decorrem de uma participação forçada (por exemplo, as "multidões em festa" organizadas por determinados regimes autoritários). Por isso, acrescentamos à noção de envolvimento não só uma orientação para a democracia, mas também um elemento irredutível de livre arbítrio. De facto, a ausência de envolvimento pode não reflectir apenas a falta de alguma coisa (isto é, de envolvimento político); devemos também olhar para os casos em que essa ausência é a expressão de uma posição política – as situações em que os indivíduos escolhem não se envolver.

A ausência de envolvimento também pode ser especificada de outras formas. A expressão *resignação*, certamente, capta aquilo que muitos indivíduos sentem quando o sistema político não lhes proporciona uma participação significativa. A resignação afasta-se do envolvimento em situações em que as elites de poder parecem não responder, pelo que se impõe um sentimento de ausência de poder do indivíduo. Além disso, a falta de envolvimento pode ser entendida como uma expressão de *desconfiança*, que assinala uma distância crítica, uma dimensão activa da ausência de envolvimento que se baseia numa avaliação claramente negativa do sistema político ou, pelo menos, das alternativas que este oferece. Por outro lado, os investigadores suecos Bennulf e Hedberg (1999) também escreveram sobre a *ambivalência*, que, embora sugerindo algum grau de envolvimento, a sua motivação para a participação não é suficientemente forte para se sobrepor à inércia do não-envolvimento. A *indiferença*, contudo, é de outra ordem. Implica, simultaneamente, um desinteresse pela política e pelo político, uma "alienação" que, do ponto de vista psicológico, considera a política como irrelevante ou, pelo menos, as representações que dela são feitas através dos media. Para Bennulf e Hedberg, a indiferença parece ser a condição psicológica que melhor descreve a maioria dos jovens cidadãos entrevistados.

Sublinharia ainda um aspecto central do envolvimento, mesmo que pareça à primeira vista óbvio, que é o facto de estar relacionado com o afecto, com as emoções e, por isso, não poder ser reduzido estritamente à racionalidade. Os modelos do "homem racional", que colocam de lado as diferenças de género, não nos ajudam a compreender a participação política, particularmente entre os jovens. Nesta faixa etária, o *self* está "em construção", muita energia é dedicada ao "trabalho da identidade", as trajectórias de vida estão a ser planeadas. O projecto reflexivo do *self* deve ser visto como uma parte do contexto psicológico da participação política entre os jovens. Com efeito, o envolvimento político – e a participação – são claramente passos importantes no desenvolvimento da identidade, tal como mostram as pesquisas científicas, em especial o projecto sueco acima mencionado (Dahlgren & Olsson, 2007a, b). Os jovens estão a utilizar a Net para aceder a todo o tipo de coisas e experiências – incluindo a política, as escolhas relacionadas com os estilos de vida, as redes sociais –, de formas que nós os investigadores consideramos como experimentais. É aqui investida uma grande quantidade de energia afectiva.

No ambiente da *Web*, e na cultura dos media de uma forma geral, devemos estar conscientes da diluição de fronteiras entre a política (ou a esfera pública) e a cultura popular. O vasto terreno da cultura popular – que se relaciona obviamente com o consumo – oferece

inúmeros espaços para o envolvimento (não precisamos de mencionar o *Big Brother* ou o *Ídolos* para sublinhar este aspecto). E, de certa forma, a política está a aproximar-se da cultura popular – quando oferece "escolhas" específicas de uma forma consumista, ao mesmo tempo que se afasta de assuntos ideológicos mais abrangentes. Tanto a cultura popular como a política mobilizam quer respostas racionais quer afectivas. A orientação geral para a "personalização" da política, em que os temas e as figuras são crescentemente enquadrados por discursos de preferências individuais, é também um outro aspecto desta tendência. De facto, a ubiquidade da cultura popular, questão de não menor importância na vida dos jovens, sugere que ela possui uma inegável base de relevância afectiva para a vida política: os julgamentos morais são operacionais na cultura popular, os valores culturais têm relevância para a política, as identidades emergem em ambos os domínios. A cultura popular providencia imagens e símbolos que expressam e convocam emoção, sendo utilizadas para moldar as identidades individuais e colectivas, o sentido de quem somos, o que está certo, o que é importante, etc. Estes processos não podem ser hermeticamente separados do âmbito político.

Tudo isto nos conduz a uma discussão muito mais abrangente sobre a evolução da política contemporânea e sobre as mudanças em torno das noções do político, que vão além do âmbito desta discussão. Neste artigo, direi simplesmente que todos os esforços de pesquisa no que diz respeito à Net e à política sublinham a distância crescente que muitos jovens cidadãos sentem em relação ao sistema político estabelecido, e que, na base, muitos deles assumem uma perspectiva fundamentalmente diferente sobre o que constitui a política. Entre os jovens existe o sentimento de que prevalece uma visão limitada da política, que ignora as preocupações das suas vidas quotidianas, como a ética, a identidade, a justiça, os tabus e as relações sociais de poder. O problema relaciona-se em parte com o estabelecimento da agenda política: os políticos parecem ser incapazes de abordar muitos dos assuntos que envolvem os jovens, ao mesmo tempo que os temas que os políticos abordam não têm um eco significativo nas audiências mais jovens. Trata-se parcialmente de um problema de comunicação, dos modos de representação e de expressão, mas também em parte uma questão de insuficiente valência emocional capaz de estimular o envolvimento e a participação.

Na base de tudo isto, talvez possamos falar de uma tensão no que diz respeito ao carácter afectivo do envolvimento. Esta questão não tem sido muito estudada de forma empírica, mas tem havido ao longo dos anos diversas discussões teóricas sobre a mesma. Em suma, da teoria liberal tradicional decorre um paradoxo particular: ao mesmo tempo que esta teoria enaltece o envolvimento cívico, aparenta não reconhecer nenhuma base motivacional para este envolvimento. Coloca uma grande ênfase na racionalidade e na razão formal, mas ignora ou deprecia mesmo tudo o que denote o emocional ou o passional. No entanto, estar envolvido em alguma coisa implica não apenas atenção cognitiva e alguma postura normativa, mas também um investimento afectivo. É difícil compreender a motivação sem afecto. Hall (2005) argumenta que esta perspectiva que coloca a racionalidade em contraposição à emoção – a autora usa o termo "paixão", o que significa simplesmente envolvimento intenso – é não só improdutiva, como também desnecessária.

A autora refere que os teóricos políticos têm desde há muito defendido que é bom para os cidadãos desenvolverem as suas capacidades da razão – mas não as da paixão. A

paixão é vista como acção subvertida, na medida em que compromete o domínio de si mesmo. Contudo, a razão e a emoção estão intimamente relacionadas, são ambas aspectos irreduzíveis da psique humana. As paixões não são "cegas", têm as suas razões; se estas são ou não correctas/defensáveis pode sempre ser discutido. Se a razão conduz à actividade (como é o caso da participação política), ela precisa de um motor motivacional. Sem paixão, não há participação:

"Sem paixão, falta aos indivíduos energia e compromisso suficientes para conduzir à acção, uma vez que lhes falta o sentimento de que as suas acções terão algum significado ou efeito... Para que se tornem politicamente envolvidos, os indivíduos têm de se *preocupar* com algum assunto, têm de ter alguma *ideia* de como as coisas deveriam ser feitas, e têm de ter *esperança* de que, pelo menos, algum progresso se poderá fazer na concretização dessa mesma ideia... A resignação e a falta de afecto tornam os indivíduos dóceis e obedientes à ordem política dominante" (Hall, 2005: 215-216).

A questão aqui é a da importância e legitimidade da dimensão afectiva do envolvimento e da acção cívica. Acedemos analiticamente às realidades subjectivas dos jovens cidadãos para compreender plenamente a participação, a forma como a política se pode relacionar com outros domínios do ambiente da *web*, tais como a cultura popular e o consumo, e a maneira como tudo isto se liga ao projecto contínuo de construção do *self*. A política relaciona-se com os desejos dos indivíduos, as suas ansiedades, perspectivas e esperanças, e todos estes elementos subjectivos alimentam conotações afectivas no seu envolvimento.

Formas de motivação

A participação requer envolvimento, sendo que este possui uma forte dimensão afectiva. Mas uma vez que as razões e as emoções estão interligadas, o que podemos dizer sobre as motivações (as razões) que estão por trás das emoções e que moldam o envolvimento? Podemos esclarecê-las para compreender melhor a participação política dos jovens? Terminarei este artigo com um breve olhar sobre um trabalho muito promissor a este respeito, que está a ser realizado no âmbito de um projecto sueco multidisciplinar de grande dimensão, liderado por Erik Amnå na Universidade de Örebro.

Através de entrevistas a grupos de foco, Amnå (2010; 2008) desenvolveu um modelo que actualiza analiticamente a tradição de pesquisa sobre socialização política, acrescentando-lhe uma consistente perspectiva de análise "base-topo" [*bottom-up*]. Ou seja, os processos de socialização em horizontes políticos e cívicos não passam apenas por quadros de referência que se "transmitem" de geração em geração, através das instituições sociais dominantes. Tal como outros teóricos contemporâneos, Amnå frisa a importância de acrescentar a esta perspectiva a acção: o desenvolvimento de identidades cívicas é sempre, até certo ponto, um processo de acção, em que o sujeito está envolvido na auto-definição e na auto-produção de si mesmo, através de encontros estabelecidos com o ambiente social. Esta reciprocidade complexa é, obviamente, sempre contingente em função de circunstâncias específicas.

Este autor e os seus colegas partiram da questão básica, "Porquê participar"? Quais

são as motivações que impulsionam, ou impedem, o envolvimento dos jovens cidadãos na política? Através de uma série de grupos de foco e de entrevistas individuais com jovens que foram categorizados segundo os seus diversos graus e modos de envolvimento político (incluindo um grupo extenso classificado como "passivo"), Amnã identificou seis categorias de disposições subjectivas. Os inquiridos podiam combinar nas suas respostas diversas motivações, apesar de, em alguns casos, apenas uma motivação em particular ser dominante. O autor faz corresponder a cada motivação uma frase expressiva que ajuda a especificar o sentimento que lhe está subjacente:

Obrigação. "Eu devia". Esta expressão capta o imperativo da virtude cívica básica: a pressão moral para cumprir o seu próprio dever. Não o fazer parece gerar um sentimento de frustração, se não mesmo de culpa, por parte de alguns dos inquiridos.

Importância. "Tenho de". Esta motivação pode incorporar diferentes e particulares incentivos, mas basicamente é uma expressão de obrigação mais personalizada. O sentimento de dever moral deriva mais da própria pessoa, do que de o indivíduo se sentir coagido por uma obrigação externa.

Capacidade. "Eu posso". Esta é uma expressão clara de cidadãos que têm poder. O indivíduo sente que está na posse dos recursos e competências necessárias, e acredita que pode influenciar politicamente a situação.

Exigência. "Preciso". Amnã sublinha a importância do convite pessoal para a participação; a percepção de que o indivíduo é necessário ao grupo ou ao movimento político é um factor psicológico importante. O sentimento de pertença a uma comunidade é aqui um elemento essencial.

Eficácia. "Resulta". Através de uma avaliação cuidadosa das circunstâncias, ou muitas vezes apenas por uma questão de fé, o sentimento de que a participação conduz a um resultado positivo é um factor importante para muitos dos inquiridos.

Significado. "Isto dá". O sentimento de que a participação vale a pena gera uma longa lista de valores e benefícios, de características emocionais e existenciais, incluindo a satisfação pessoal e um sentimento de pertença.

Amnã refere até que ponto o imperativo moral de participação é ainda operacional nestes jovens cidadãos; estas categorias de motivação subjectiva, as bases pessoais da participação, são bastante estimulantes. Apesar de a pesquisa de Amnã, neste caso particular, não abordar directamente a Internet, estes resultados podem certamente ser utilizados de uma forma produtiva para explorar mais aprofundadamente o papel da Net em contextos de pesquisa comparativos.

Participação Prismática: os Media Como Factor Principal

Em vez de oferecer uma conclusão definitiva, dado o carácter desta apresentação, parece-me mais adequado enfatizar que a participação política em geral, e especificamente no que diz respeito à Internet, tem um certo carácter prismático; pode ser refractada a partir de diversas perspectivas. Além disso, quando adicionamos a Internet a este cenário, temos de ter em conta as contingências dos factores sócio-culturais: a Net não está alheia a estes factores, mas antes interage com eles. Por isso, no nosso quadro teórico de três

níveis, os dados adquiridos relativos às estruturas de oportunidade para a participação impõem uma certa característica à maioria dos sistemas políticos; as possibilidades e as limitações, embora não sejam definitivas, mostram uma tendência de estabilidade que se impõe aos cidadãos. Sob esta perspectiva, podemos dizer que a Net e o seu ambiente *web* são manifestações do sistema, funcionando como parte quer das oportunidades, quer das limitações.

Passando deste ponto de partida analítico para o segundo elemento (os recursos culturais para a acção dos cidadãos), o foco é a acção política. Aqui, as culturas cívicas não são apenas vistas como recursos nos quais os cidadãos se podem basear, mas também como algo que estes, através das suas práticas colectivas, ajudam a gerar. O papel da Net neste ponto é crucial; através da Net, os cidadãos de qualquer idade podem potencialmente desenvolver a sua participação, usar e expandir em especial o seu conhecimento, práticas e identidades; mas, ao fazê-lo, criam também novas formas de participação. Apesar de as culturas cívicas serem em parte condicionadas pelas estruturas de oportunidade, as práticas cívicas, por sua vez, podem ter impacto nestas estruturas.

Finalmente, no terceiro nível (disposições subjectivas das acções cívicas), o foco reside na disposição individual, isto é, no envolvimento, que é o pré-requisito subjectivo para a participação. O ambiente da *web* constitui uma fonte para a experiência quotidiana, onde o político pode sempre potencialmente emergir; o envolvimento pode ser facilitado pelo mundo de ligações que se tornam disponíveis. Além disso, o envolvimento possui a inexorável dimensão do afecto, que é central para a subjectividade humana em geral e de especial importância no estudo de jovens que estão a formar as suas identidades, nomeadamente com relação às suas experiências na Net. A política não é uma entidade isolada, mas mistura e funde-se com a cultura popular, o consumo e outras experiências afectivas da Net. Adicionando a estes aspectos a frutífera delineação das motivações psicológicas dos jovens cidadãos, temos assim um bom mapa analítico deste terreno conceptual, que nos ajudará a esclarecer de uma melhor forma a participação política baseada na Net, em particular entre os jovens cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

- AGRE, P. E. (2004) *The Practical Republic: Social Skills and the Progress of Citizenship*. In *Community in the Digital Age*, ed.s A. Feenberg and D. Barney, Lanham, MD: Rowman and Littlefield. Disponível online: <http://polaris.gseis.ucla.edu/pagre/republic.htm>
- AMNÅ, E. (2010), *Active, Passive, or Standby Citizens? Latent and Manifest Political Participation*. In *New Forms of Citizen Participation: Normative Implications*, ed. Erik Amnå, Baden-Baden: Nomos.
- AMNÅ, E. (2008), *Jourhavande Medborgare*, Lund: Studentlitteratur.
- BENNETT, W. L., (ed.) (2007a), *Civic Life Online: Learning How Digital Media Can Engage Youth*, Cambridge, Mass.: MIT Press.
- BENNETT, W. L. (2007b), *Civic Learning in Changing Democracies: Challenges for Citizenship and Civic Education*. In *Young Citizens and New Media: Learning for Democracy*, ed. Peter Dahlgren, New York: Routledge.
- BUCKINGHAM, D. (ed.) (2007), *Youth, Identity and the Digital Media*, Cambridge, Mass.: MIT Press. Disponível online: <http://mitpress.mit.edu/catalog/browse/browse.asp?btype=6&serid=170>
- COLEMAN, S. e Blumler, J. (2009), *The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice and Policy*, Cam-

bridge: Cambridge University Press.

DAHLGREN, P. (2009), *Media and Political Engagement: Citizens, Communication, and Democracy*, New York: Cambridge University Press.

DAHLGREN, P. e Olsson, T. (2007a), *Young Activists, Political Horizons, and the Internet: Adapting the Net to One's Purposes*. In *Young Citizens in the Digital Age: Political Engagement, Young People and New Media*, ed. Brian Loader, London: Routledge.

DAHLGREN, P. e Olsson, T. (2007b), *Facilitating Political Participation: Young Citizens, Internet and Civic Cultures*. In *The International Handbook of Children, Media and Culture*, ed.s S. Livingstone & K. Drotner, London: Sage.

DROTNER, K. (2005), *Media on the Move: Personalised Media and the Transformation of Publicness*. In *Audiences and Publics: When Cultural Engagement Matters for the Public Sphere*, ed. Sonia Livingstone, Bristol: Intellect.

HALL, C. (2005), *The Trouble with Passion: Political Theory Beyond the Reign of Reason*, London: Routledge.

HEIKE, H. (2008), *Mobile Democracy: Mobile Phones as Democratic Tools*, *Politics* 28 (2): 74-82.

LOADER, B. (ed.) (2007), *Young Citizens in the Digital Age: Political Engagement, Young People and New Media*, London: Routledge.

LIVINGSTON, S. (2009), *Children and the Internet*, Cambridge: Polity Press.

LIVINGSTONE, S. e Haddon, L. (2008), *Young People in the European Digital Landscape*, Gothenburg: Nordicom.

FREDRIK M., F. e Olsson, T. (2010), *Invited but Ignored. How www.ungtv.se Aimed to Foster But Failed to Promote Young Engagement*. In *Young People, ICTs and Democracy*, ed.s Tobias Olsson & Peter Dahlgren, Gothenburg: Nordicom.

OLSSON, T. e Dahlgren, P. (ed.s) (2010), *Young People, ICTs and Democracy*, Gothenburg: Nordicom.

SHELLER, M. e Urry, J. (2003), *Mobile Transformations "Public" and "Private" Life*, *Theory, Culture and Society* 20 (3): 107-125.

SPLICHAL, S. (1999), *Public Opinion: Developments and Controversies in the Twentieth Century*, Lanham, MD: Rowman and Littlefield.

STALD, G. (2007), *Mobile Monitoring: Questions of Trust, Risk and Democracy in Young Danes' Uses of Mobile Phones*. In *Young Citizens and New Media: Learning for Democratic Participation*, ed. Peter Dahlgren, New York: Routledge.

TUFTE, T. e ENGHEL, F. eds (2009), *Youth Engaging with the World*, Gothenburg: Nordicom/Unesco International Clearinghouse on Children, Youth and Media.

YOUNG, J. (2007), *The Vertigo of Late Modernity*, London: Sage.